

**Cortinas de fumaça: Os discursos políticos e a hegemonia do desenvolvimento**Lívia Ferraz da Costa Duarte<sup>1</sup>Bianca Retes Carvalho<sup>2</sup>**Resumo**

Intrínseca à ontologia moderna, a ideologia do desenvolvimento parece ter se convertido em uma maneira única e hegemônica de se pensar e praticar o meio, como o único caminho a ser trilhado pela Humanidade. Modernidade, desenvolvimento sustentável e progresso são palavras constantes nos discursos políticos relacionados às questões ambientais. Pretendemos, neste trabalho, mostrar como esses discursos são falaciosos, na medida em que, na prática, mantêm-se a separação moderna de natureza e cultura e trazem relações de poder constituintes do campo ambiental, deixando certos coletivos às margens e fronteiras desse pressuposto progresso. Buscaremos mostrar também, como esses discursos podem ser perigosos, incitando e legitimando narrativas violentas e práticas catastróficas para a humanidade.

**Palavras-chave:** poder; discurso; desenvolvimento; cultura; natureza

**Abstract**

Intrinsic to modern ontology, the ideology of development seems to have converted into a unique and hegemonic way of thinking and practicing the environment, as the only way to be followed by Mankind. Modernity, sustainable development and progress are constant words in the political discourses related to environmental issues. We intend, in this work, to show how these discourses are fallacious, in that, in practice, it maintains the modern separation of nature and culture and bring power relations constituent of the environmental field, leaving certain collectives on the margins and boundaries of this assumption of progress. We seek to show also, how these discourses can be dangerous, inciting and legitimizing violent narratives and catastrophic practices for mankind.

**Keywords:** power; discourses; development; culture; nature

---

<sup>1</sup> Mestranda em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAN/UFMG), com interesse nas áreas de campesinato, poder, território e ambiente e conflitos ambientais.

<sup>2</sup> Mestranda em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAN/UFMG), com interesse em áreas relativas a direitos, políticas públicas, análises de discurso e temáticas acerca de família e infância.

É 20 de agosto de 2019 e o céu, aqui em Belo Horizonte, se pôs com uma nuvem acinzentada que se mescla com algumas tonalidades do azul anil. Pela minha janela, me ponho a olhar as montanhas que circundam o Aglomerado da Serra, que dá continuidade a minha rua. Não são nuvens de poeira, do tempo seco característico da capital mineira. É uma fumaça, um pouco amarronzada, um pouco mais sutil do que aquela que é liberada quando queimam lixo no lote vago próximo a minha casa. Me recordo das notícias e fotos de São Paulo que circularam pelas redes sociais no dia anterior. O céu escuro às 15 horas. Não era sinal de chuva, como pensaram alguns amigos paulistas, mas sim uma cortina negra que vinha da Amazônia. Os crentes poderiam dizer Apocalipse? Davi Kopenawa outrora proferiu, é a queda do céu. É o *recado da mata*<sup>3</sup> aos brancos canibais e ecocidas que ignoram estatísticas, a ciência, o fato, o óbvio: os rios turvos e contaminados pelo extrativismo, as terras arrasadas destruídas pelo agronegócio, as lamas que nos engolem, as nuvens de fumaça que nos consomem.

No início do livro *A Queda do Céu* (2016)<sup>4</sup>, uma auto-narrativa xamânica e um manifesto contra a destruição da Amazônia, Davi Kopenawa diz que a floresta ainda está viva e só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Não sobrá terra, gente, nem brancos nem índios, tampouco os espíritos da floresta *xapiri*. Quando estes se forem, aí estará o fim e o céu desabar. Essa destruição acontece em nome de uma sentença imaginada de progresso que construiu a história do Brasil, parte de um “liquidificador modernizante”<sup>5</sup> que se fez e faz às custas do genocídio indígena e da escravidão africana. A busca incessante pela ordem e progresso, não à toa o lema da nossa bandeira – ó, pátria amada! – tece o discurso de todos os governos e suas políticas desenvolvimentistas, desde a Colônia até os dias de hoje. Inclusive, é certo, nos governos, de esquerda e progressistas, e também no vigente governo de extrema-direita, cujos episódios e discursos político-ambientais têm ganhado alcance e preocupação global e internacional.

Os discursos políticos sobre a questão ambiental na contemporaneidade que envolvem, em sua maioria, narrativas de desenvolvimento, são atravessados pelo discurso acerca da

---

<sup>3</sup> VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Prefácio - O recado da mata. In: **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. 2.ed. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2016.

<sup>4</sup> KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. 2.ed. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2016.

<sup>5</sup> VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Prefácio - O recado da mata. In: **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. 2.ed. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2016, p.15.

Modernidade. Há mil e uma formas de defini-la, como aponta Latour (1994)<sup>6</sup>, entretanto, todas as argumentações nos direcionam a uma ideia de passagem de tempo, da chegada de um novo regime revolucionário, que coloca em contraste o passado e o futuro, o arcaico, selvagem e o novo, moderno, civilizado. A maneira de se pensar o outro, então, entra em jogo: a modernidade ou o moderno se percebe como diferente do outro, diferença esta que se faz absoluta. E é aí que se encontra um dos maiores problemas do Moderno: é *uma* era que, estando sob um pedestal quase que divino, se difere *absolutamente* de todas as outras, marcando o que o autor chama de a Grande Divisão, a qual se faz em dois repertórios de partilha que se encontram e se entrelaçam: a divisão entre cultura e natureza; a divisão entre nós e eles. Não é novidade, portanto, os desmatamentos, os conflitos ambientais, as guerras territoriais, o massacre cruel aos povos indígenas e às comunidades tradicionais. Esses assombros, por vezes, encobertos nesses contornos da modernidade.

Nos discursos políticos, nas mídias, na literatura, muitas vezes a “modernidade” é tida como um conceito *a priori*, fundamental para o entendimento de culturas e sociedades que precisam se definir, de forma almejada, como “modernas”.

Mas se alguns ainda perseguem esta modernidade como se fosse uma bóia de salvação, muitos outros já perceberam que ela parece ter falhado em sua promessa - o que talvez tenha ficado mais evidente após os acontecimentos de 1989, ano em que assistimos a uma dupla falência: de um lado, a queda do muro de Berlim, representando a derrota do socialismo; de outro, a realização das primeiras conferências sobre o estado global do planeta, o que simboliza, para alguns observadores, o fim de um certo capitalismo e de suas vãs esperanças de conquista ilimitada e de dominação total sobre a natureza (LATOURE, 1994, orelha do livro)<sup>7</sup>.

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre essas formas de apresentação do moderno em discursos políticos relacionados à questão ambiental. Pretendemos mostrar como os discursos que gritam desenvolvimento (econômico e sustentável) e despertam o desejo de modernidade são falaciosos, na medida em que, na prática, mantém-se a separação natureza e cultura, reverbera as relações de poder constituintes do campo ambiental, deixando certos coletivos às margens e fronteiras desse pressuposto progresso. Buscaremos mostrar, também, como esses discursos podem ser perigosos, incitando e legitimando narrativas violentas e práticas catastróficas para a humanidade.

<sup>6</sup> LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Editora 34, 1994.

<sup>7</sup> LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. São Paulo. Editora 34. 1994, orelha do livro.

### Pensar e praticar o meio: o discurso do desenvolvimento

1949, Estados Unidos, Segunda Guerra Mundial. Naquele ano, a palavra desenvolvimento ganha uma nova forma e poder. O então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, fizera em janeiro daquele ano um discurso utilizando a palavra *desenvolvimento*, a qual fora “colocada em um pacote tipicamente americano, como uma arma contra o comunismo e a serviço dos desígnios hegemônicos dos Estados Unidos” (ESTEVA, 2000, p.60)<sup>8</sup>. Diversos países e pessoas tiveram suas vidas, práticas, políticas e cosmologias definidas às margens dessa palavra que ganhava forma e força, definidas nos termos do subdesenvolvimento. Tendo suas imagens homogeneizadas e suas riquezas apagadas por uma característica estritamente econômica: são atrasados, inferiores e, portanto, condenados à subordinação e subjugação ao Primeiro Mundo.

Adquirindo seu caráter colonizador, o desenvolvimento se torna mais do que uma palavra-chave para os discursos políticos e econômicos dos então países de Primeiro Mundo. Ele se torna, como coloca Sachs, “uma atitude mental, muito mais do que um simples empreendimento socioeconômico; é uma percepção que molda a realidade, um mito que conforma sociedades, uma fantasia que desencadeia paixões” (SACHS, 2000, p.12)<sup>9</sup>.

Nessa mobilização do mito do desenvolvimento, o entendemos enquanto uma potência criativa, como parte de uma *imaginação ecológica* construída socialmente, em que práticas e políticas ambientais se conformam: nosso modo de habitar o planeta não está separado do nosso modo de conhecê-lo (STEIL e CARVALHO, 2014)<sup>10</sup>. Essas paixões mobilizam os indivíduos e grupos que anseiam pelo progresso, aquilo que está à frente, em um futuro, utópico e distópico. Utópico, pois, inalcançável. Distópico por seu caráter opressivo e seu desenlace catastrófico para a natureza e para a humanidade; sobretudo para certos grupos, como comprova a nossa história, marcada pela destruição, racismo e genocídio em nome de interesses econômicos.

---

<sup>8</sup> ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000, p.60.

<sup>9</sup> SACHS, Wolfgang (editor). Introdução. In: **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000, p.12.

<sup>10</sup> STEIL, Carlos Alberto e CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Epistemologias Ecológicas: delimitando um conceito. 2014. In: **Revista Mana**, Vol. 20(1), p.163-183.

Conforme Esteva (2000)<sup>11</sup>, o termo *desenvolvimento*, usado na esfera social, teve origem nas ciências naturais. Na biologia, desenvolvimento se refere a um processo no qual os organismos atingiam o seu potencial genético e, aqueles que não o atingissem, eram vistos como tendo um comportamento anômalo, patológico e antinatural. Nas ciências humanas, o termo foi utilizado para designar um processo de evolução, de mudança social. Não à toa, o início da Antropologia tem como bases tais ideias, fundantes da Antropologia Evolucionista do século XIX - principalmente nas figuras de Tylor, Morgan e Frazer -, buscando classificar as sociedades em bárbaras, selvagens e civilizadas, de acordo com seu grau de evolução. Evolução esta classificada a partir de marcos específicos do desenvolvimento relacionados à subsistência e produção, utilização de determinados materiais e técnicas, e relações com formas específicas de sociabilização. Para a elaboração da teoria, os principais teóricos do Evolucionismo utilizavam métodos comparativos na tentativa de construir uma linha evolutiva do desenvolvimento humano, aproximando as sociedades “selvagens” aos estágios iniciais de desenvolvimento, caracterizando-as como “primitivas” em contraste aos níveis de desenvolvimento alcançados por sociedades ditas “modernas”.

Outra acepção teórica do conceito de desenvolvimento também foi explorada na obra marxista, ainda no século XIX, sendo considerado como um processo histórico que se desdobra com o mesmo caráter necessário das leis naturais<sup>12</sup>. Assim, os políticos da época se apropriaram do conceito científico e o transformaram em um programa de destino inexorável, e absorveu, conforme Esteva, “um poder colonializante, súbito e violento” (2000, p.63)<sup>13</sup>. O modo de produção industrial tornou-se fundamental para a evolução dos estágios sociais, de maneira universal, com vistas a um destino comum, às custas de uma violenta homogeneização das diversas histórias de diferentes povos e de seus modos de vida. Desenvolvimento não se faz, portanto, sem colonização que, por sua vez, não se faz sem exploração, conflito e, sobretudo, sem poder. E essa colonialidade é o lado obscuro da Modernidade Ocidental, é sua parte constitutiva, que constituiu e insiste em constituir a história do Brasil.

Uma miríade de metáforas, significados e adjetivos (desenvolvimento sustentável, desenvolvimento rural, desenvolvimento urbano, desenvolvimento econômico, desenvolvimento humano, desenvolvimento integrado, etc.) foram sendo incorporados ao conceito ao longo dos

---

<sup>11</sup> ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

<sup>12</sup> ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000, p.63.

<sup>13</sup> Ibid., p.63.

anos, desde uma linguagem científica até a uma linguagem política, social, econômica e ambiental. Por essa imprecisão, acabou por se tornar uma palavra de senso comum, podendo se referir “a um projeto habitacional, à sequência lógica de um pensamento, ao despertar da mente de uma criança, a um jogo de xadrez ou ao crescimento dos seios de uma adolescente” (ESTEVA, 2000, p.64)<sup>14</sup>. Não obstante, não importa em qual contexto esteja sendo usado, o conceito sempre conota a uma mudança positiva, aquilo que progride, que caminha para o melhor, servindo, como aponta Esteva, como um “lembrete” para os “grupos inferiores” daquilo que eles não são, presos a uma condição indesejável e indigna, cuja escapatória está na escravização a “experiências e sonhos alheios” (idem, p.65)<sup>15</sup>.

Pensar nessas conexões históricas é a chave para refletir sobre as heranças e acepções as quais se assentam a ideologia moderna do desenvolvimento e como esta é a ponte fundamental para entendermos a questão ambiental contemporânea no Brasil. O desenvolvimento imaginado e desejado por milhares e milhões de pessoas, introduzido nos discursos nacionais, possibilitou a criação de um vasto aparato institucional, se convertendo em uma força social real e efetiva, transformando a realidade econômica, social e política. Tais aparatos operaram por meio de organizações internacionais, como o Banco Mundial, e agências nacionais de planejamento e desenvolvimento, em níveis locais e regionais, que facilitam a vinculação de conhecimento e prática por meio de projetos desenvolvimentistas (ESCOBAR, 2005)<sup>16</sup>. Conforme Ribeiro (2012)<sup>17</sup> esses projetos possuem algumas características estruturais: tamanho do capital, dos territórios e a quantidade de pessoas que eles controlam; seu poder político; a magnitude de seus efeitos ambientais e sociais; as inovações tecnológicas e a complexidade das redes locais, regionais e globais que eles engendram.

O Brasil tem vivido, nos últimos anos, um *boom* de atividades minerárias, industriais e de agronegócio. Mesmo em meio a tão falada crise ambiental<sup>18</sup>, novos empreendimentos são

---

<sup>14</sup> Ibid, p.64.

<sup>15</sup> ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000, p.65.

<sup>16</sup> ESCOBAR, Arturo. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, Daniel(coord.), **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas, Universidad Central de Venezuela, 2005, p.17-31.

<sup>17</sup> RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, Redes e ideologia no campo do desenvolvimento. In: ZHOURI, Andréa (orgs). **Desenvolvimento, Reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília, ABA Publicações, 2012, p. 196-235.

<sup>18</sup> Não temos como objetivo realizar uma discussão teórica a respeito de *crise ambiental*, entretanto, a Antropologia tem desenvolvido estudos relativos à *crise* em suas dimensões políticas, econômicas, históricas e socioculturais. Várias questões têm sido abordadas, tais como os significados e contextos de

cada vez mais aprovados e expandidos. A maioria deles veste uma roupagem verde e se borram de uma maquiagem democrática: eles integram o tão falado *desenvolvimento sustentável*, “ativamente encorajado como um re-desenvolvimento” (ESTEVA, 2000, p.72)<sup>19</sup>. Integrando crescimento econômico, preservação do meio ambiente e igualdade social, o objetivo é alcançar “nosso futuro comum”, conforme definido pelo Relatório Brundtland de 1987 que firmou o termo mundialmente. De acordo com Zhouri *et al* (2005)<sup>20</sup> os discursos oficiais discorrem sobre a estimulação do crescimento econômico para uma “integração nacional” ao mercado globalizado, por meio das exportações; e sobre a importância do envolvimento de toda a sociedade no processo de planejamento dos projetos desenvolvimentistas. Desenvolvimento sustentável se torna, assim, o instrumento perfeito para a expansão e legitimação desses projetos e, através dele, busca-se construir um novo quadro teórico-conceitual da questão ambiental (CARNEIRO, 2005)<sup>21</sup>.

Gudynas aponta (2016)<sup>22</sup>, ao tratar do intenso crescimento do extrativismo na América Latina, que existe uma gama de condições sociais e políticas que possibilitam a expansão e legitimação desses tipos de projetos, que vão desde a instauração do paradigma da modernização ecológica, ou seja, da fé no modelo técnico-científico, até a reformulação das políticas ambientais, que flexibilizam as leis e os processos de licenciamento dos empreendimentos. Ademais, diversos discursos e narrativas são construídos para sustê-los, utilizando-se das instâncias midiáticas que expõe essas visões hegemônicas, criando imagens que trabalham as emoções, afetam sensibilidades e tornam o desenvolvimento quase que como

---

*crise*, a relação com desastres ambientais, as políticas de pacificação, as moralidades, a governança e a harmonia coercitiva, assim como a interlocução com sujeitos que vivenciam diretamente as crises. Uma das abordagens mais recorrentes, é entender a crise enquanto um contexto, enquanto um processo, e não como um evento fortuito. Para mais sobre crise, ver: ROITMAN, 2016; VIGH, 2008; OLIVER-SMITH, 1999, 2002, 2009; MARCHEZINI, 2015; e em contexto brasileiro: VALENCIO, 2014; ZHOURI, 2008, 2013, 2017; CRIA, 2009; dentre outros diversos autores que abordam o tema.

<sup>19</sup> ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000, p.72.

<sup>20</sup> ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice. Introdução: Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice(orgs). **A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2005, p. 11-27.

<sup>21</sup> CARNEIRO, Eder Jurandir. Política Ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice(orgs). **A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2005, p.27-45.

<sup>22</sup> GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza**, 2016, p. 71-102.

um “fetiche” moderno. A linguagem, a escrita, a publicidade, são fundamentais para a dispersão dos discursos desenvolvimentistas que não podem ser analisados separados das análises de poder, tendo em vista que, “quem fala, para quem, por meio de que mídia e em quais circunstâncias construídas são elementos vitais de qualquer processo de comunicação” (RIBEIRO, 2012, p. 219)<sup>23</sup>.

**“Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?”<sup>24</sup>**

Há um discurso ambientalista dominante que se configura a partir de uma universalidade dos ideais de progresso, amparado nas soluções tecnológicas e no desenvolvimento científico. Entretanto, é necessário situar essas narrativas em termos de classe, raça e gênero, situar os acessos a esses recursos reificados por esse discurso baseado em uma lógica capitalista de apropriação territorial<sup>25</sup>.

Frente à construção do discurso desenvolvimentista que almeja o progresso, mas que constrói muros e valas para exclusão de grupos ontologicamente diferentes, que levanta muralhas para defender seus fundamentos frágeis de certezas impostas; esboçar os pormenores dessa narrativa ambientalista é adentrar questões referentes ao poder e a ideia de verdade. Pudéssemos partir dos grandes procedimentos de sujeição do discurso, como nas palavras de Foucault (1966), para entender os rituais da palavra, as sociedades firmadas em seus discursos, os grupos doutrinários e as atribuições sociais envolvidas<sup>26</sup>. Mas não nos cabe todas essas análises pormenorizadas. Cabe aqui entender o que está em jogo.

Não podemos tomar este poder imbricado nos discursos sem levar em conta que há diferentes tipos de poder implicados em uma miríade de relações exteriores, inclusive, relações

---

<sup>23</sup> RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, Redes e ideologia no campo do desenvolvimento. In: ZHOURLI, Andréa (org). **Desenvolvimento, Reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília, ABA Publicações, 2012, p. 219.

<sup>24</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Edições Loyola, 1996, p.8.

<sup>25</sup> NIXON, Rob. Introduction. In: NIXON, Rob. **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor**. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press, 2011. 01-44.

<sup>26</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Edições Loyola, 1996, p.44

com o ambiente. Entretanto, como apresentado por Wolf (2003)<sup>27</sup>, tratamos de entender o poder estrutural, aquele que parte do sentido de governança, que estrutura a economia política<sup>28</sup>. As narrativas ambientalistas não só configuram relações dentro de um governo, dentro de um Estado, mas constroem um cenário de disputas de verdades em micro e macro escalas. Tampouco podemos ignorar as reverberações que os discursos de atuais governantes brasileiros têm nas decisões internacionais e como corroboram para alianças e cenários econômicos e políticos específicos.

Como defendido por Foucault (1979), de modo muito sucinto, as relações de poder devem ser postas em uma tríade de entendimento, que consiste na relação entre poder, direito e verdade<sup>29</sup>. O autor entende por direito, também os conjuntos de aparelhos, instituições e regulamentos que operam o direito. Dessa forma, podemos tomar esses discursos institucionais como parte das relações do direito. Tomar o que os homens dizem e fazem, tomar seus discursos, é entender o poder de afirmação que se estabelece na vontade de verdade. Dessa forma, os discursos de governo podem ser vistos como princípios de inteligibilidade do real, na medida em que esses discursos se conformam como mecanismos de sustentação do Estado. Investigando outras formas do discurso, porém com destaques importantes para o que tomamos como análise, Foucault aponta que “essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como um poder de coerção” (FOUCAULT, 1979, p.18)<sup>30</sup>.

Esse poder de coerção fica evidente na materialização de uma verdade frente ao ideal de progresso e desenvolvimento “sustentável”, que leva a práticas concretas de investimento em projetos de intervenção socioambiental. A coerção então se transfigura na vontade de verdade como uma “prodigiosa maquinaria” que corrobora para a exclusão de discursos outros e suas práticas – que procuram contornar essa verdade – e que são colocados à margem, marcando essa narrativa hegemônica por práticas violentas de supressão. E incluímos aqui, não só cortes e sulcos na composição sociocultural, mas também no que diz respeito à natureza.

---

<sup>27</sup> WOLF, Eric. Encarando o poder: velhos insights, novas questões. In. RIBEIRO, Gustavo Lins & FELDMAN-BIANCO, Bela (Org). **Antropologia e poder. Contribuições de Eric R. Wolf**. Editora Unicamp, 2003.

<sup>28</sup> Ibid., p.326.

<sup>29</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**.(Org.) e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

<sup>30</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**.(Org.) e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.18.

A ideia de modernidade, intrínseca a esse discurso de desenvolvimento e progresso, é algo já questionado por muitos sociólogos, filósofos, antropólogos. Dentre estes, Latour<sup>31</sup> expressou de modo muito oportuno sobre o discurso de modernidade que rebate em questões referentes ao progresso, a hierarquização de sociedades e, principalmente, a relação entre natureza e cultura. Latour discorre sobre essa relação, esse “nó górdio” entre o conhecimento das coisas, o exercício do poder e a política dos homens<sup>32</sup>, em suma, a relação entre o mundo natural e o mundo social como cerne da construção do ideal de modernidade; o que tangencia e se torna explícito nos discursos ambientalistas abordados neste trabalho.

Essa “Grande Divisão” entre o mundo dos homens e o mundo das coisas, essa assimetria entre a natureza e a cultura, torna-se uma assimetria entre o passado e o futuro<sup>33</sup>. Como o passado feito de amálgamas e confusões, o futuro como aquilo disposto e organizado, sem que nada mais se confunda. É sobre isso que os modernos traçam suas linhas de curso, “uma para cima, o progresso; outra para baixo, a decadência” (LATOUR, 1994, p.71)<sup>34</sup>.

Latour (1994) afirma que quando as palavras *moderno*, *modernização*, *modernidade* aparecem, há um pressuposto contraste entre um passado arcaico e estável, onde há uma luta entre ganhadores e perdedores, os Antigos e o Modernos. Revela-se assim, uma relação duplamente assimétrica, que rompe com uma passagem regular do tempo que cria um combate entre vencedores e vencidos (idem, p.70)<sup>35</sup>. Neste sentido, a modernidade exaltada nos discursos ambientalistas, o desenvolvimento como justificativa, o progresso a ser alcançado, se constrói em uma relação de dominação dos homens<sup>36</sup> sobre o ambiente, ao mesmo tempo em que é algo independente da humanidade (a não-humanidade da natureza). Concomitante a isso, há uma ideia dos homens construindo a sociedade e decidindo livremente acerca de seu destino (a humanidade do social). Esse paradoxo é, como elaborado por Latour, um sintoma da construção

---

<sup>31</sup> Latour, Bruno. **Jamais fomos modernos**. São Paulo, Editora 34, 1994.

<sup>32</sup> Ibid., p.8-9.

<sup>33</sup> Ibid., p.70.

<sup>34</sup> Latour, Bruno. **Jamais fomos modernos**. São Paulo, Editora 34, 1994, p.71.

<sup>35</sup> Ibid, p.70.

<sup>36</sup> Na modernidade, com as premissas de racionalização, o controle sobre/da natureza é reconfigurado na medida em que as intervenções são justificadas pelo cunho da ciência. Neste contexto, a ciência é aquela que possui o conhecimento sobre os fatos naturais. Em Latour, vemos uma ciência predominantemente masculina. Nada é falado sobre a existência de mulheres nesse desenvolvimento de racionalidades e configurações acerca da ciência, da política ou do poder. Autoras feministas, como Donna Haraway, irão contestar essa invisibilidade de mulheres e apontar essa ciência patriarcal.

moderna, que toma como verdade a separação total entre o mundo natural e o mundo social, sendo que, em verdade, há uma natureza e sociedade em relação.

Quanto à questão da fragmentação da temporalidade, aqueles alocados como “pré-modernos” são acusados de confundir e misturar as dimensões das coisas e dos humanos, permeados por restrições que levam em conta os humanos e não-humanos ao mesmo tempo (idem, p.44)<sup>37</sup>. O que Latour aponta é justamente a confluência de coisas que carregam aqueles que estão a hastear a bandeira da modernidade. Em que são construídas redes que entrelaçam humanos diversos, faunas e floras, microorganismos, deuses e entidades.

Assim, concluímos que a modernidade defendida e proclamada, como nos coloca Latour, jamais começou. E jamais vai existir, já que por mais que os discursos e narrativas levem a uma Grande Divisão, a uma busca pelo domínio e ordenação, essa redução sempre será incompleta, porque é insustentável. As diversidades, os híbridos, estão a nos mostrar que naturezas contingentes estão constantemente em criação e que as necessidades dessas naturezas diversas constroem também as sociedades.

### A questão ambiental na contemporaneidade

Não almejamos, neste texto, esgotar a análise de todos os discursos, de todos os governos que passaram pela presidência nas últimas décadas. Pretendemos demonstrar como a retórica do desenvolvimento, do progresso e da modernidade estão presentes nos discursos sobre a questão ambiental, como um único caminho a ser seguido, trilhando um destino comum que une todos os povos da nação. Esse pressuposto da razão ocidental, parte de um reconhecimento do moderno como diferente a todos os outros (eras, sociedades, histórias), com suas tecnologias, ciências e racionalizações. Entretanto, como aponta Wolf na tentativa de compreensão da organização do poder estrutural, precisamos desviar nosso foco para os fluxos de ação, cabe questionar “para quê e para quem isso está acontecendo e por que não - contra quem?” (WOLF, 2003, p.334)<sup>38</sup>

Para tornar nossa discussão mais palpável, traremos à título de exemplos, algumas narrativas que se fazem comum, tanto no governo de esquerda de Luiz Inácio Lula da Silva quanto dos discursos direitistas do atual presidente Jair Messias Bolsonaro.

<sup>37</sup> Latour, Bruno. **Jamais fomos modernos**. São Paulo, Editora 34, 1994, p.44.

<sup>38</sup> WOLF, Eric. Encarando o poder: velhos insights, novas questões. In. RIBEIRO, Gustavo Lins & FELDMAN-BIANCO, Bela (Org). **Antropologia e poder. Contribuições de Eric R. Wolf**. Editora Unicamp, 2003, p.334.

De acordo com Zhouri *et al* (2005)<sup>39</sup>, o governo Lula, antes saudado como esperança para a construção de uma sociedade ecológica e socialmente mais justa, enfrentou diversas críticas durante o Fórum Social Mundial de 2005. As políticas de implementação de rodovias, hidrovias, agronegócio, extrativismo, entre outras, tiveram o seu auge nesse período, vide a construção das rodovias que recortam a Floresta Amazônica e a transposição do Rio São Francisco no Nordeste. Com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, foi possível a retomada de planejamento e execução de grandes projetos de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, “contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável”, conforme descrição do Ministério do Planejamento em seu site oficial. Entretanto, o meio ambiente e a justiça social se tornaram, na concepção do governo, “barreiras ao desenvolvimento” (ZHOURI, *et al*, 2005, p.11)<sup>40</sup>.

Em discurso no Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça, em 2007, Lula afirmou que

O Brasil aprendeu a combinar uma política de crescimento das exportações com o crescimento do mercado interno (...) deixando o Brasil numa situação altamente privilegiada, saldando suas dívidas, provando que democracia e seriedade são dois instrumentos eficazes para que a gente possa fazer as economias crescerem e as populações melhorarem de vida (...) Mas não foi apenas no Brasil. Houve uma mudança importante na América do Sul nesses últimos quatro anos. O mapa geopolítico da América do Sul mudou, todos os governantes mudaram nesses últimos quatro anos, e todos os governos hoje, da América do Sul, com mais ou com menos ênfase, todos, sem distinção, têm compromissos sociais profundos que há muito tempo a nossa querida América não sentia (trecho do discurso de Lula no Fórum Econômico Mundial, Davos, 2007, *apud* CONGRESSO EM FOCO, 2007)<sup>41</sup>.

Nas palavras do então presidente, os países desenvolvidos “deveriam parar com a mania de darem dinheiro aos governantes”, sendo necessário que o dinheiro seja aplicado diretamente

<sup>39</sup> ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice. Introdução: Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice(orgs). **A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2005, p. 11-27.

<sup>40</sup> ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice. Introdução: Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice(orgs). **A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2005, p.11.

<sup>41</sup> CONGRESSO EM FOCO. **O discurso de Lula no Fórum Econômico Mundial**. 2007. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/leia-o-discurso-de-lula-no-forum-economico-mundial/>. Acesso em setembro de 2019.

em investimentos para projetos de desenvolvimento, “porque isso gera emprego, gera riqueza e gera melhoria na qualidade de vida do povo do Continente”. E, para isso, seria de suma importância a integração da América do Sul com o restante do continente, África e Ásia (dito em referência a criação do G-20). E, conforme o petista, não há integração sem ferrovia, rodovia, pontes, telecomunicações e sem integração aérea:

Então, é preciso que haja, da nossa parte, a construção de projetos que permitam ao mundo enxergar que não estamos apenas fazendo discurso quando falamos de integração, mas estamos fazendo, com projetos concretos, obras que podem qualificar, para o mundo, a verdadeira integração, como a rodovia que estamos financiando no Peru, ligando o Brasil ao Oceano Pacífico, passando pelo Peru, uma estrada de quase 1.800 quilômetros. Pois bem, neste segundo mandato **nós começamos o ano lançando um programa de desenvolvimento para o Brasil, um programa de desenvolvimento que leva em conta três aspectos. O primeiro aspecto são mudanças na política econômica**, sobretudo na área de desoneração de vários setores da economia. **Num segundo momento são medidas que estamos enviando ao Congresso Nacional para desobstruir os marcos regulatórios, para garantir que o Brasil tenha mais facilidade de colocar em prática os seus projetos.** E o terceiro, **uma definição de desenvolvimento regional**, levando em conta as particularidades de cada região do País para que a gente possa, no que diz respeito a estradas, rodovias, ferrovias, portos, eletricidade, ou seja, um projeto que prevê um investimento de 236 bilhões de dólares até 2010 (trecho de discurso de Lula no Fórum Econômico Mundial, Davos, 2007, *apud* CONGRESSO EM FOCO, 2007).<sup>42</sup>

De fato, o Brasil mergulhou, no governo Lula, em uma chuva de projetos desenvolvimentistas e em políticas de crescimento centradas em “recuperar o atraso”, em sair da classificação de país de Terceiro Mundo, a partir de uma lógica de rentabilidade e de acumulação do capital. Mas ao mesmo tempo, se afogou nas consequências de degradação ambiental e de injustiça socioambiental. A apropriação do meio ambiente sob uma lógica capitalista para o crescimento, muitas vezes facilitada pela flexibilização de leis e normas ambientais<sup>43</sup> entra em conflito com outras formas de apropriação não capitalista, tradicional e

<sup>42</sup> CONGRESSO EM FOCO. **O discurso de Lula no Fórum Econômico Mundial**. 2007. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/leia-o-discurso-de-lula-no-forum-economico-mundial/>. Acesso em setembro de 2019, grifo das autoras.

<sup>43</sup> De acordo com Gudynas (2016, p.76), nos seus dois mandatos, Lula deixou claro que os “controles ambientais atrapalhavam os investimentos e a promoção produtiva, especialmente dos chamados Plano de Aceleração do Crescimento”, sendo necessário, dessa forma, flexibilizar as normas e exigências ambientais.

historicamente construídas, fundamentadas, sobretudo sob uma ontologia e cosmologia de mútua relação entre a terra e quem (n)delas vive.

A construção da hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira (PA) é um exemplo – ainda que não seja o único, mas bastante representativo – dessa contradição. O projeto foi pensado durante o período da ditadura militar, foi resgatado nos anos 1990 com os planos macroeconômicos de inserção do país na economia-mundo e se concretizou na gestão petista, se tornando um dos principais projetos do PAC (ZHOURI, 2012)<sup>44</sup>.

De acordo com Magalhães e Magalhães (2012)<sup>45</sup>, à época, diversas recomendações e manifestações de acadêmicos, antropólogos, juristas, de milhares de brasileiros e também da Organização das Nações Unidas (ONU), alertaram para os perigos, riscos ambientais e sociais. Contudo, essas contra-narrativas ao projeto foram ignoradas, e o governo iniciou as obras do complexo. Conforme os autores, as dez etnias indígenas localizadas na região do Médio Xingu, pertencem às famílias linguístico-culturais tupi, karib e jê-kayapô e constituem uma complexa diversidade étnico-cultural e uma teia de relações intra e interétnicas. Esses povos sofreram profundas transformações sociais e ambientais com a implantação do empreendimento, além de sofrerem diversas invasões em seus territórios, ameaças de morte, brigas internas e o não reconhecimento territorial de alguns povos indígenas, como a Terra Indígena Munduruku nas análises dos Estudos de Impacto Ambiental (MAGALHÃES e MAGALHÃES, 2012)<sup>46</sup>. Tudo isso em meio a diversas ilegalidades e irregularidades no processo de licenciamento ambiental do projeto<sup>47</sup>. Conforme os autores, até dezembro de 2011, o Ministério Público Federal já havia ajuizado 14 ações civis públicas arguindo sobre tais ilegalidades.

---

<sup>44</sup> ZHOURI, Andréa. Belo Monte: crise do sistema ambiental e da democracia. In: ZHOURI, Andréa (org). **Desenvolvimento, Reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília, ABA Publicações, 2012, p.45-66.

<sup>45</sup> MAGALHÃES, Antônio Carlos; MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Um canto fúnebre em Altamira: os povos indígenas e alguns dos primeiros efeitos da barragem de Belo Monte. In: ZHOURI, Andréa (org). **Desenvolvimento, Reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília, ABA Publicações, 2012, p.18-45.

<sup>46</sup> Idem.

<sup>47</sup> Em “Um canto fúnebre em Altamira: os povos indígenas e alguns dos primeiros efeitos da barragem de Belo Monte”, Magalhães e Magalhães (2012) discorrem mais detalhadamente sobre os diversos e violentos efeitos da construção da hidrelétrica na região xingua. Zhouri (2012) em “Belo Monte: crise do sistema ambiental e democracia” faz uma análise sobre as falhas no licenciamento ambiental e a marginalização dos povos indígenas nas audiências públicas. Os artigos podem ser encontrados na coletânea “Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais”, pela editora ABA Publicações.

Declaradamente conservador e ultranacionalista, os discursos do atual governo Bolsonaro não vão muito longe dos discursos desenvolvimentistas<sup>48</sup> profetizados pelo governo de esquerda que o precedeu. Em discurso de abertura da Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas em Nova York nesta última semana de setembro de 2019, o presidente Bolsonaro reafirmou sua postura conservadora, a sua “missão de salvar o país do socialismo” e de manter a soberania nacional frente aos interesses econômicos internacionais. Sua fala, de aproximadamente meia hora, teve como um dos assuntos principais as queimadas que ocorreram no mês de agosto na Amazônia, momento em que os olhos do mundo se voltaram para o Brasil, gerando preocupações globais em relações as questões ambientais e críticas sobre o governo. O presidente, então, rebateu durante alguns minutos as críticas nacionais e internacionais acerca das suas políticas ambientais. Em suas palavras, afirmou que:

(...) seu governo tem o compromisso solene com a preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável em benefício do Brasil (...) nossa Amazônia é maior que toda Europa Ocidental, e permanece praticamente intocada, prova de que somos um dos países que mais protege o meio ambiente (trecho de discurso de Bolsonaro na ONU, Nova York, 25 de setembro de 2019)<sup>49</sup>.

Ele completa afirmando que as queimadas na floresta amazônica foram divulgadas pelo mundo de maneira falaciosa, pela mídia mundial sensacionalista que tenta estragar a sua imagem: “É uma falácia dizer que a Amazônia é um patrimônio da humanidade”.

Vale destacar que os discursos negacionistas são frequentes na atual presidência. A negação das mudanças climáticas, do aquecimento global e dos desmatamentos dos biomas brasileiros já haviam sido objeto de críticas, criando um embaraço dentro do próprio governo, em um constante jogo de fala e desfala. Em agosto deste ano, Bolsonaro chamou de mentirosos os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) que indicavam o aumento do desmatamento da Amazônia em sua gestão. Segundo a Folha de São Paulo, os dados apontam que as queimadas no Brasil aumentaram 83% quando comparadas as ocorrências registradas no mesmo período no ano passado<sup>50</sup>. O presidente sugeriu que o então diretor do

<sup>48</sup> Não desconhecemos as divergências políticas entre os governos de Lula e Bolsonaro. Contudo, neste trabalho, nos cabe apenas analisar os discursos político-ambientais assentados sobre o pensamento desenvolvimentista, os quais possuem aproximações em algumas abordagens.

<sup>49</sup> **Íntegra do discurso de Bolsonaro na ONU**. 25 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qrdbc5vdA4M>>. Acesso em setembro de 2019.

<sup>50</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. **Teoria conspiratória da ditadura guia Bolsonaro na Amazônia**, 23 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/08/teoria-conspiratoria-da-ditadura-guia-bolsonaro-na-amazonia.shtml>>. Acesso em setembro de 2019.

Instituto, Ricardo Galvão, estaria “atuando a serviço de alguma ONG ambiental” (EL PAÍS, 2019)<sup>51</sup>.

O discurso na ONU também foi repleto de frases que reafirmaram sua crítica ao excesso de demarcação de terras indígenas, e de desqualificação dos discursos e das lutas indígenas, afirmando que algumas figuras indígenas são utilizadas como massa de manobra por governos estrangeiros:

Hoje, 14% do território brasileiro está demarcado como terra indígena, mas é preciso entender que nossos nativos são seres humanos, exatamente como qualquer um de nós, eles querem e merecem usufruir dos mesmos direitos que todos nós (...) Quero deixar claro, o Brasil não vai aumentar para 20% sua área já demarcada como terra indígena (...) A visão de um líder indígena não representa a visão de todos os índios brasileiros. Muitas vezes, alguns desses líderes, como o cacique Raoni são usados como peça de manobra por governos estrangeiros, numa guerra informacional, para avançar seus interesses na Amazônia (trecho do discurso de Bolsonaro proferido na ONU, Nova York 25 de setembro de 2019)<sup>52</sup>

Conforme Bolsonaro, “estamos prontos para, em parcerias, e agregando valor, aproveitar de forma sustentável, todo o nosso potencial”. Isso corrobora com seu discurso de abertura no Fórum Econômico Mundial de 2019 em Davos, em que ele se coloca a favor de um maior integracionismo e abertura econômica para receber projetos desenvolvimentistas, como o agronegócio e agropecuária.

A agricultura se faz presente em apenas 9% do nosso território e cresce graças à tecnologia e a competência do nosso produtor rural. Menos de 20% do nosso solo é dedicado a pecuária. Essas *commodities* em grande parte garantem o superávit em nossa balança comercial e alimentam boa parte do mundo. Nossa missão agora é avançar na compatibilização entre preservação do meio ambiente e da biodiversidade, com o necessário desenvolvimento econômico, lembrando que são interdependentes e indissociáveis (...) Vamos diminuir a carga tributária, simplificar as normas, facilitando a vida de quem deseja produzir, empreender e gerar empregos (...) Buscaremos integrar o Brasil ao mundo (...) Vamos resgatar nossos valores e abrir nossa economia

---

<sup>51</sup> EL PAÍS. **Constrangimento com Bolsonaro por dados de desmatamento derruba diretor do INPE.** Reportagem de 02 de agosto de 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/02/politica/1564759880\\_243772.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/02/politica/1564759880_243772.html). Acesso em setembro de 2019.

<sup>52</sup> **Íntegra do discurso de Bolsonaro na ONU.** 25 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qrdbc5vdA4M>>. Acesso em setembro de 2019.

(trecho do discurso de Bolsonaro no Fórum Econômico Mundial, Davos, 22 de janeiro de 2019).<sup>53</sup>

Os discursos do atual presidente têm reverberado diversas práticas violentas que, de certa maneira, reverenciam a sua figura de soberano e “salvador da pátria”. As queimadas que se iniciaram no dia 10 de agosto, concretizando o “Dia do Fogo” na Amazônia, conforme reportagem do Globo Rural<sup>54</sup>, foram organizadas por sindicalistas, produtores rurais, comerciantes e grileiros que através de grupo no aplicativo Whatsapp, combinaram o incêndio nas margens da rodovia BR-163 - que liga a região do Pará aos portos fluviais do Rio Tapajós e ao Estado do Mato Grosso. Mesmo consistindo em um crime ambiental<sup>55</sup>, o objetivo era mostrar apoio ao presidente, assim como às suas ideias de absolvição das multas ambientais e atenuação da fiscalização do IBAMA.

Os discursos políticos podem, então, ser entendidos como roupagens de discursos de poder que estão implicados no papel de corroboração de versões de significação e verdade que, nas palavras de Foucault, “são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõem e reconduzem; enfim, que não se exercem sem a pressão, nem sem ao menos uma parte de violência” (FOUCAULT, 1996, p.14)<sup>56</sup>. Dessa forma, essas narrativas se contrapõem a possibilidades outras que possam colocar em perigo tais convicções, e neste sentido, o poder adquire um papel de sustentação do Estado (WOLF, 2003, p.337)<sup>57</sup>. Como aponta Wolf, o poder estrutural molda campos de ação que tornam legítimos determinados tipos de comportamento, da mesma forma que impossibilita outros (idem, p.326)<sup>58</sup>; como é o caso das ações recentes de

---

<sup>53</sup> **Íntegra do discurso de Bolsonaro no Fórum Econômico Mundial.** 22 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wx5WuUyKcQo>. Acesso em setembro de 2019.

<sup>54</sup> GLOBO RURAL. **Grupo usou Whatsapp para convocar o “Dia do Fogo” no Pará.** 25 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/noticia/2019/08/grupo-usou-whatsapp-para-convocar-dia-do-fogo-no-para.html>>. Acesso em setembro de 2019.

<sup>55</sup> Até 26 de agosto de 2019, quatro membros do grupo haviam sido presos pela infração. Mais informações disponíveis em: GLOBO RURAL. **Grupo no WhatsApp contratou motoqueiros e motosserras para desmatar e incendiar a floresta.** 26 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Sustentabilidade/noticia/2019/08/grupo-no-whatsapp-contratou-motoqueiros-e-motosserras-para-desmatar-e-incendiar-floresta.html>> Acesso em setembro de 2019.

<sup>56</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Edições Loyola, 1996, p.14.

<sup>57</sup> WOLF, Eric. Encarando o poder: velhos insights, novas questões. In. RIBEIRO, Gustavo Lins & FELDMAN-BIANCO, Bela (Org). **Antropologia e poder. Contribuições de Eric R. Wolf.** Editora Unicamp, 2003, p.337

<sup>58</sup> Ibid., p.326.

queimada na Amazônia. Concernente a questão ambiental, os discursos de poder estruturam então um princípio específico de relação com a natureza.

### Considerações finais ou a catástrofe por vir

O caráter depredador dos projetos desenvolvimentistas, seus efeitos ambientais e sociais já são bem conhecidos e demonstram a obviedade de sua insustentabilidade, desigualdade e da assimetria das relações de poder que estruturam o campo ambiental. O crescimento econômico se materializa e se cimenta através da construção de narrativas que constituem todo um *modus operandi* dos grandes empreendimentos. As transformações socioambientais são consideradas “problemas ambientais”, “impactos”, passíveis de soluções tecnológicas. Como coloca Zhouri *et al* (2005)<sup>59</sup>, o discurso global em favor do desenvolvimento sustentável inscreveu a cultura, natureza e desenvolvimento numa concepção evolucionista e totalizadora do crescimento econômico. O meio ambiente, considerado uma realidade externa às relações, dinâmicas e arranjos sociais, foi convertido numa mera variável a ser administrada e gerida, de modo a não impedir o desenvolvimento. Assim, “adequa-se” o meio ambiente e as sociedades ao projeto proposto, “fazendo com que outros olhares e saberes não enquadrados pelo discurso técnico-científico sejam, assim, excluídos dos processos de classificação e de definição sobre os destinos dos espaços” (ZHOURI *et al*, 2005, p.17)<sup>60</sup>.

O meio ambiente se torna mercadoria industrial. As fontes da natureza se tornam bens naturais. As águas já não são mais águas, são recursos hídricos. A seca é eufemisticamente chamada de escassez hídrica. Sendo recursos, podem ser manejados e remanejados, colocados sobre a mística de uma infinitude e uma ideia de resiliência, quer dizer, da sua capacidade de recuperação natural que, contudo, as condições socioambientais atuais têm nos mostrado sua falácia. O “nosso futuro comum” recheado de progresso se assenta sobre práticas de violência, ecocídio e genocídio, que é muitas vezes “interpretada como um ritual de sacrifício” (BALLESTRIN, 2013, p.102)<sup>61</sup>. A realidade catastrófica dos projetos desenvolvimentistas só nos confirma o quanto a modernidade não foi moderna o suficiente para estabelecer as redes de relação, conexão e associação entre natureza e cultura.

---

<sup>59</sup> ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice. Introdução: Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice(orgs). **A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2005, p. 11-27.

<sup>60</sup> Ibid., p.17.

<sup>61</sup> BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, 11, Maio – agosto, 2013, p.102.

O apelo pela urgência poderá simplesmente vir mascarar um prodigioso florescimento do evangelho satânico do “desenvolvimento” (agora verde, sustentável, de alto investimento e de capital cognitivo - e material, é claro), com o Mercado apoiado pelos decretos e os exércitos de um Estado mundial, impondo um silenciamento político ainda mais absoluto de todos aqueles - povos, pessoas, países - que sofreram as “consequências infelizes mas necessárias” das decisões tomadas em nome da urgência (DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p.154)<sup>62</sup>.

Ainda que a modernidade componha essas consequências infelizes, a natureza também é feita de agências e políticas; a natureza é “capaz de incomodar, de uma vez por todas, nossos saberes e nossas vidas” (STENGERS, 2015, p.11)<sup>63</sup>. Ouvir esses ecos e nos livrar das narrativas de que a Terra é nossa, que está ao serviço de nossa história, narrativas tóxicas desses representantes do progresso, é repensar a fabricação desse futuro que nos abre possibilidades.

Ligar o noticiário, abrir as redes sociais, passar as páginas do jornal. Ao buscar informações sobre as atualidades, nos diversos meios existentes, nos deparamos com linhas e mais linhas de palavras, numa incessante repetição. Palavras que constroem narrativas, notícias, que moldam o mundo em que vivemos, o qual segue uma “flecha do tempo”, em um “arrebamento iminente para um novo estágio ontológico” (DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 155)<sup>64</sup>. A história deve seguir adiante: desenvolver, crescer, modernizar; criar tecnologias, projetos; ser integração, mudança, futuro. São palavras incorporadas ao cotidiano dos discursos políticos, nessa tentativa exaltada de alcançar algo que ainda está por vir, que precisa ser alcançado, custe o que custar.

Custe o que custar. O apelo pela necessidade de evoluir justifica a invasão capitalista de, principalmente, territórios histórico e tradicionalmente ocupados, custando diversos corpos, vidas e existências, consequências estas que são “infelizes, mas necessárias” (DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p.154)<sup>65</sup>. Os discursos desenvolvimentistas, a política aceleracionista, a exploração capitalista estão, nas palavras de Danowski e Viveiros de Castro “explicitamente inspiradas pela escatologia eurocêntrica do Progresso, que se mostra nostálgica de um passado racionalista, imperialista e triunfalista” (idem, p.149).

---

<sup>62</sup> DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir. Ensaio sobre os medos e os fins**. Florianópolis: Cultura e Barbárie, v. 1, 2014, p.154.

<sup>63</sup> STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Cosac Naify, 2015, p.11.

<sup>64</sup> DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir. Ensaio sobre os medos e os fins**. Florianópolis: Cultura e Barbárie, v. 1, 2014, p.155.

<sup>65</sup> Ibid., p.154

Seguimos em um caminho que o destino final é o progresso. Caminho feito também de promessas, discursos, falas e intenções. As palavras reverberam narrativas, que por sua vez, reverberam práticas. Práticas estas que concretizam os jogos de poder e interesses. Insinuam máscaras, fantasiadas de sustentabilidade, bem-estar, bem viver. Mas qual nosso destino? O que vem depois das promessas do progresso? Hesitamos. Será o progresso feito de crescimento, ou morte? Serão as cortinas de fumaça de nossas janelas uma premonição da catástrofe por vir?

